



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Acta n.º 266** -----

-----  
----- Aos vinte e cinco dias do mês de Abril de dois mil e nove, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu em sessão extraordinária, solene e comemorativa, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Presidente da Assembleia Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e secretariada pela Primeira Secretária Senhora Lúcia Filipe Seabra e pelo Segundo Secretário Senhor João Paulo Teixeira Branco, para comemorar o 35.º Aniversário da Revolução de Abril. -----

----- De referir que além da sessão extraordinária, solene e comemorativa, houve um conjunto de outros momentos comemorativos deste dia, imediatamente anteriores à referida sessão, que se iniciaram pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, conforme protocolo, a saber: Formatura da Guarda de Honra, pelo Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia, na Praça do Município; Recepção às Entidades e Convidados; Cumprimentos à Guarda de Honra pelos Senhores Presidente da Assembleia Municipal e Presidente da Câmara Municipal; Hastear das Bandeiras e execução do Hino Nacional, pela Banda de Música de Anadia; Solta de Pombos; Actuação da Banda de Música de Anadia; Declamação de poemas alusivos à temática; e Desfile apeado e motorizado do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Anadia, Guarda Nacional Republicana, bandeiras/estandartes das Juntas de Freguesia do Município de Anadia. -----

----- No mesmo dia, pelas quinze horas, ocorreu a inauguração da exposição "Recordar Abril", do Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra), na Biblioteca Municipal de Anadia. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Cineteatro de Anadia, efectuou-se um Tributo a Zeca Afonso, realizado por Associações Culturais do Município de Anadia. -----

----- Tendo sido constituída a Mesa e verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão pelas onze horas e cinquenta minutos. -----

----- À sessão compareceram os seguintes Senhores Deputados Municipais dos indicados Grupos Municipais (GM): -----

- • José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro – GM do PSD; -----
- • Manuel Maria Cardoso Leal – GM do PS; -----
- • Lúcia Filipe Seabra – GM do PSD; -----
- • José Carlos Ventura de Almeida Coelho – GM do PS; -----
- • António Augusto da Conceição Pereira da Silva – GM do PSD; -----
- • José Veloso Bernardino Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Álvaro Gonçalves Marques Pereira – GM do PS; -----
- • Luís António Sousa Pinto dos Santos – GM do PSD; -----
- • João Paulo Teixeira Branco – GM do PSD; -----
- • Áurea de Oliveira Mendes – GM do PS; -----
- • Jaquelina Soares dos Santos – GM do PSD; -----
- • António Manuel Gomes Rosmaninho da Fonseca – GM do PSD; -----
- • João Alves Morais – GM da CDU; -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Jorge Manuel da Silva Loureiro – GM do PSD; -----
- • Anacleto Nogueira de Oliveira – GM do CDS-PP; -----
- • Anabela de Seabra Santos – GM do PSD; -----
- • André Miguel Matos Beja Henriques – GM do PS; -----
- • António Rafael das Neves Timóteo – GM do PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão os seguintes Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF): -----
- • Vítor Manuel da Piedade Timóteo – GM do PSD – PJF de Aguium; -----
- • Joaquim de Oliveira Cosme – GM do PSD - PJF da Amoreira da Gândara; -----
- • Arménio de Almeida Cerca – GM do PSD – PJF de Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do PSD - PJF de Arcos; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PSD – PJF de Avelãs de Caminho; -
- • Armando Henriques Pereira – GM do PSD – PJF de Avelãs de Cima; -----
- • José Maria de Almeida Ribeiro – GM do PS – PJF de Mogofores; -----
- • António Guilherme dos Santos Andrade – GM do PSD – PJF da Moita; -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas Almeida Rodrigues – GM do PSD – PJF de Óis do Bairro; ---
- • Joaquim Moreira da Cruz – GM do PSD – PJF de Paredes do Bairro; -----
- • Sérgio Soares Aidos – GM do PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Leonildo Moreira da Silva Macedo – GM do PSD – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Francisco Manuel Gonçalves Saraiva – GM do PSD – PJF de Tamengos; -----
- • António Manuel Pereira Duarte – GM do PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; -----
- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PSD – PJF de Vilarinho do Bairro. -----
- Não compareceram à sessão e não solicitaram a sua substituição os Senhores Deputados, dos indicados GM: -----
- • Fernando Morais da Silva – GM do PSD; -----
- • Carlos Alberto de Almeida Gonçalves – GM do PSD; -----
- • Acácio da Conceição Maças – GM do PS. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes membros: -----
- • Litério Augusto Marques – PSD – Presidente; -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – PSD - Vereadora e Vice-Presidente; -----
- • Lino Jorge Cerveira Pintado – PS – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – PSD – Vereador; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PSD – Vereador; -----
- • Rui António de Almeida Marinha – PS – Vereador; -----
- Do executivo camarário não compareceu à sessão o seguinte membro: -----
- • Aníbal José Franco Ferreira – PSD - Vereador. -----
- Na abertura da sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, começou por agradecer a todos os que permitiram que as cerimónias decorressem da melhor forma: às entidades envolvidas, ao Senhor Comissário das Comemorações Prof. Dias Coimbra, aos



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Bombeiros Voluntários de Anadia, à Guarda Nacional Republicana, à Banda de Música de Anadia, às Associações Columbófilas do Município de Anadia, às Juntas de Freguesia, aos declamadores Eng.º Albano Jorge e alunos do Colégio Nossa Senhora da Assunção, que além de terem oferecido um momento de poesia, ofereceram, também, um momento de coreografia. Dirigiu, também, uma palavra de agradecimento a todos os restantes que puderam ajudar e colaborar nas cerimónias. -----

----- Informou, de seguida, que a sessão solene teria seis intervenções, dos quatro Grupos Municipais com representação na Assembleia, dos Senhores Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal, dando conhecimento da respectiva ordem de intervenções, a saber: GM do CDS-PP, GM da CDU, GM do PS, GM do PSD, Senhor Presidente da Câmara Municipal e Presidente da Assembleia Municipal. -----

----- De imediato, deu início ao momento das intervenções, tendo chamado o Senhor Deputado Anacleto Nogueira de Oliveira para, em representação do GM do CDS-PP, proceder à primeira intervenção, a qual se tenta transcrever na íntegra: -----

----- *"Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores, Ilustres Convidados. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Hoje, mais uma vez, comemoramos por todo o País o 25 de Abril e todas as suas recordações. Há trinta e cinco anos, Portugal era sem dúvida um País adiado, apesar da grandiosidade do império que Portugal na altura representava. A manutenção do império, a que depois se deu o nome de províncias ultramarinas, e a teimosia em manter o mesmo, não deixou que se procedesse à descolonização no seu devido tempo, evitando a humilhação Nacional com as consequentes guerras civis que surgiram em algumas dessas províncias. Não vamos aqui relembrar a história, mas Abril, que começou com um golpe de Capitães, logo se transformou numa revolução que perdurou por dois anos em que todos os poderes foram questionados e em que tudo se reinventou, com muita ingenuidade, muitos excessos, perseguições condenáveis, actos e políticas inconsequentes, muita utopia, mas, mal ou bem, hoje é o que gere as nossas vidas, o nosso dia-a-dia, o destino de Portugal. Minhas Senhoras e Meus Senhores. O 25 de Abril trouxe-nos a democracia. Portugal é hoje membro da União Europeia, um dos vinte e seis países do mundo mais desenvolvido. O pluralismo que inaugurou leva a comemorá-lo, pensando na salutar diversidade de opiniões, no confronto de tendências e visão do mundo, na livre expressão de ideias, no legítimo exercício do direito de criticar e discordar. Ao longo destes anos, o balanço, de certa forma, é positivo. Portugal é hoje um País em que a água canalizada chega a todo o lado; a electricidade também; os telefones, nem se fala; o sistema de segurança social intensificou-se; a escolaridade obrigatória aumentou e o analfabetismo diminuiu. Somos um País em que o acesso aos cuidados de saúde se generalizou, as barracas estão a desaparecer, a rede de auto-estradas está a aumentar, a esperança de vida média aumentou muito. Tudo isto se conseguiu a discutir uns com os outros sobre as políticas para o País e a respeitar a opinião alheia, democrática, pluralismo. Sem dúvida, que grande parte destes feitos é da responsabilidade do Poder Local, Juntas de Freguesia e Câmaras. O Poder Local construiu*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*estradas, centros de saúde, equipamentos desportivos e culturais, escolas, habitação social, bibliotecas, saneamento, tudo isto e muito mais, sempre debatendo consensualmente opiniões. O Poder Local e os seus representantes, eleitos democraticamente no desempenho das suas funções ao longo destes anos, fizeram, os que fizeram, o desenvolvimento das suas terras, dando melhores condições de vida às suas populações. Nem tudo está ainda bem. Hoje, é notória a insatisfação dos Portugueses com o funcionamento da democracia que resultou do 25 de Abril. São os jovens que hoje apelam a reformas profundas, a uma maior eficácia da participação política tradicional, isto é, a que é feita através dos partidos. São os jovens que fazem a pior avaliação do funcionamento da democracia, em que a insatisfação e o pessimismo persistem de forma sensível. Na sua vida de todos os dias, os Portugueses interrogam-se sobre o que lhes reservará o futuro. Os indícios são para sermos optimistas ou para sermos sépticos. É nisto que os Portugueses tentam adivinhar, em vez de pensarem no presente. S partidos têm a sua responsabilidade: no combate ao alheamento pela vida pública; no combate à indiferença pelo futuro do País, principalmente na camada jovem; na credibilização da vida política. Esta responsabilidade não dispensa o esforço e a necessidade de unir Portugueses e falar-lhe a verdade. Não é a vender ilusões a melhor forma de fortalecer o imprescindível clima de confiança que deve existir entre os cidadãos e a classe política. Deverá acabar-se com um certo autismo de alguma classe política e pôr cobro ao pessimismo. Hoje não existem sinais para sermos optimistas. Antes pelo contrário. Os indícios apontam para um futuro sombrio e os políticos que gerem este País, na sua luta partidária, titânica, ajudam a piorar o cepticismo dos Portugueses. Precisamos de políticos e partidos que mobilizem e despertem o Povo Português porque nós sabemos as dificuldades do dia-a-dia. Precisamos de políticos que nos falem a verdade, porque esta gera confiança em quem faz as nossas leis e nos governa. Precisamos de políticos que assumam o compromisso com os Portugueses da verdade e não da ilusão. Precisamos de políticos que olhem para aqueles que têm muito pouco, os mais frágeis e desprotegidos e os que se encontram em situação de pobreza. Precisamos de políticos que façam bem, o que lhes compete fazer bem. Precisamos de políticos que sejam capazes de dignificar os mais nobres ideais da igualdade, liberdade e transparência. Precisamos de políticos que, face à situação actual do País, à estagnação da economia, se empenhem na defesa do interessa nacional. Precisamos de políticos que, face à crise económica e conjuntural, não solicitem mais sacrifícios aos Portugueses, mas sim, agora, a eles próprios. Precisamos de políticos que, numa sociedade democrática e pluralista que o 25 de Abril nos trouxe, sejam o exemplo para o povo Português, nomeadamente na perca de privilégios, como o direito à reforma com meio dúzia de anos de trabalho. Precisamos de políticos que ajudem a controlar a despesa pública, abdicando eles próprios dos privilégios que auferem, quer enquanto na vida política activa, quer posteriormente na reforma. Na História de Portugal e da Humanidade, a liberdade e a democracia são curtos interregnos e muitas histórias de tiranias e tiranetes. Só a memória das nossas genes, da nossa história, pode permitir-nos renascer do nada. Não importa onde, não importa quando, desde que conservemos a recordação da nossa grandeza de outrora*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*e os motivos pelos quais a perdemos. Só aí é que ressurgiremos novamente. Por tal, devemos honrar a memória da identidade, e da democracia para que o Povo Português possa ter orgulho na nossa história contemporânea. Viva o 25 de Abril. Viva a liberdade. Viva Portugal.” -----*

*----- Seguidamente, e em representação do GM da CDU, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que concluiu a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----*

*----- “Excelentíssimos Senhores, Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Excelentíssimos Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores. Estamos de novo aqui, nesta Assembleia, para invocar uma das datas mais importantes da nossa História recente: O vinte e cinco de Abril de 1974 e o seu profundo significado. Nesta data, pudemos assistir ao derrube do Fascismo, ao fim da arbitrariedade e ao encerramento das prisões políticas de Caxias, do Aljube e de Peniche. Também o tristemente célebre campo de concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, foi definitivamente encerrado. Esta data é ainda a precursora do fim da Guerra Colonial. Esta guerra injusta, que atirou para a morte milhares de jovens dos dois lados da contenda (Portugueses e Africanos) e onde, também, muitos outros milhares ficaram estropiados para o resto das suas vidas. Foram mais de oito mil os portugueses e acima dos seiscentos mil os africanos que morreram nos três teatros de guerra. Foi na sequência do 25 de Abril que aconteceu a descolonização e o surgimento de novas Nações soberanas e independentes. Estes acontecimentos históricos e o seu desfecho devem-se à resistência do Povo Português e a um punhado de jovens militares - os designados Capitães de Abril - a quem prestamos aqui uma justa e sincera homenagem. O levantamento militar de que foram protagonistas foi saudado pelo Povo, que os aclamou nas ruas e nos quartéis. Foi o início da esperança amordaçada em quarenta e oito anos de ditadura feroz e sanguinária. Foi bonito de ver! O Povo animado, o Povo anónimo rejubilando, nas aldeias, vilas e cidades, de cravos na mão a saudar os militares. Passados que foram os trinta e cinco anos após esta gloriosa data, importa perguntar se as motivações desses militares e o sonho do Povo Português foram cumpridos? Temos para nós que o não foram e temos razões para o afirmar. Para nós, CDU, não só não foram cumpridos os objectivos de Abril, como também se nos afigura, com este tipo de políticas cada vez mais nocivas aos direitos e interesses do povo e das classes trabalhadoras, alguma vez o venham a ser. Os ricos, com o argumento da crise, estão a tornar-se cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres. Deixamos expresso aqui e agora que continuaremos na luta dentro e fora das instituições pela concretização objectivos do programa divulgado ao Povo pelo Movimento das Forças Armadas, pelo cumprimento das promessas ciclicamente feitas pelos partidos que, nos últimos trinta e dois anos, têm constituído os sucessivos governos, em particular para este último, que configurando as aspirações da grande maioria da população portuguesa e dos trabalhadores assumiu o poder. Essas legítimas expectativas da população que, acreditava nos políticos de promessa fácil, se vê sistematicamente defraudada ao longo destes anos pelos que, em período eleitoral, lhes prometem melhores condições de vida e que, depois de eleitos,*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*esquecem as promessas feitas. Tivemos uns que disseram que viam uma luz no fundo do túnel, outros reclamavam para que os deixassem trabalhar, outros disseram que herdaram um País de rastos. Depois, outros, que receberam o País de tanga e, finalmente, uns que prometeram muito e garantiram que com eles é que ia ser bom. Agora a luz que se vê ao fundo do túnel está a afastar-se cada vez mais e encontra-se cada vez mais distante. Esta política do actual Governo que, argumentando com as suas necessárias "reformas", tem vindo a alterar, sempre para pior, as já difíceis condições de vida dos reformados, dos trabalhadores da Função Pública e, de um modo geral, de todos os trabalhadores e do nosso Povo. Prometeram, na campanha eleitoral, a criação de cento e cinquenta mil novos postos de trabalho, apoio para tirar da miséria trezentos mil reformados e o referendo ao tratado da União. Agora, e quase ao fim do mandato deste governo do PS, o que se constata é que Portugal surge como o País com mais desigualdades na distribuição da riqueza e um dos que tem mais população a caminhar para uma vida no limiar da pobreza. Recusando o reforço das contribuições das empresas, o governo procura a sustentabilidade da segurança social à custa da redução das pensões. O desemprego subiu, que hoje temos a mais alta taxa de desemprego dos anos de vivência democrática. De Fevereiro de dois mil e oito a Fevereiro de dois mil e nove, a variação homóloga foi de 17,65% e o nosso distrito, em particular, viu aumentado o número dos desempregados em mais de 35%. São números preocupantes, mas, pelos vistos, não assustam o governo. O chamado "Tratado de Lisboa" foi ratificado com um "Porreiro, pá!" e a promessa do referendo ficou-se por isso mesmo. Para quê envolver o Povo? Prometeram mais educação e melhores condições para o ensino, mas o que se tem assistido é ao encerramento de escolas, à retirada de direitos dos docentes, ao galopar sobre as suas conquistas, tentando fazer crer à opinião pública que os males do ensino provêm dos professores, que são uns privilegiados e incumpridores. Prometeram mais saúde e melhores condições de acesso à saúde, mas o que assistimos foi ao encerramento de SAP's e serviços de urgências, afastando cada vez mais as populações desse direito constitucional que é a saúde. Mantêm e agravam as taxas moderadoras, retiram as comparticipações em centenas de medicamentos, fazendo que dessa forma fiquem ainda mais caros aos bolsos dos doentes e, particularmente, dos idosos e dos de baixas reformas. O encerramento do SAP de Sangalhos e as Urgências do nosso Hospital José Luciano de Castro, são situações que a CDU não calará. Os Sangalhenses e os Anadienses que ao longo deste tempo de contestação promoveram mais de duas dezenas de acções de protesto, sempre com significativas participações, fizeram chegar o seu descontentamento aos mais altos responsáveis da Nação. Infelizmente, não os quiseram ouvir, mas não nos convenceram. Perante este quadro negativo, diz o Governo que está a reformar o País. Mas a parte privilegiada da sociedade, a Banca, o poder económico, os administradores das empresas públicas e semi-públicas, como vivem? Vêem anualmente aumentar os seus lucros e rendimentos, com os seus salários dourados e regalias principescas, e ainda recebem indemnizações do outro mundo quando abandonam os cargos públicos e indo, depois, duma forma geral, ocupar outros nas empresas privadas ou de maioria do capital do Estado Perante isto, o governo, e a maioria que o apoia na*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*Assembleia da República, vão dizendo que o País está no bom caminho. Na TV, nos jornais e na rádio, os comentadores de serviço vão falando das reformas necessárias e da crise como desculpa para este lamentável estado de coisas. Já ouvimos a gente que devia envergonhar-se de que tem dito e escrito, que a continuar assim, o que os trabalhadores deviam era aceitar a redução do tempo de trabalho, como consequência, redução salarial. Pasmem-se! Por tudo isto, temos assistido a manifestações de milhares de trabalhadores nas ruas a exigir mudança de políticas. Os jornalistas a lançarem manifestos em defesa da sua caixa de previdência. Os autarcas a contestarem a nova lei das finanças locais. Alunos a contestarem a política educativa. Professores manifestando-se nas ruas, com muitos milhares de participantes, a contestarem o sistema de avaliações e a sua desregulação das carreiras. Utentes a promoverem petições contra as taxas moderadoras. Polícias a analisarem formas de luta contra a perda de direitos. Deficientes das forças armadas na rua em defesa dos seus direitos e contra a retirada das suas condições sociais. Em contraponto, e sem que tomem medidas, assiste-se a empresas a despedir, não porque estejam a dar prejuízos, mas porque os seus lucros estão a baixar. Despedimentos colectivos, encerramentos abusivos de empresas, famílias reféns dos seus empréstimos. De fora desta crise, ficam os grandes patrões e os banqueiros, que continuam a engordar, tanto como quando o "homem do leme" era o outro de triste memória. Como se vê, o mercado reina, e quando surgem dificuldades, o governo ajuda e assegura para que continue a reinar. Por tudo o que afirmamos, minhas Senhoras e meus Senhores, o Partido Comunista Português não se revê, nem se reverá, neste tipo de políticas e, conseqüentemente, continuaremos a lutar por uma sociedade mais justa e mais fraterna, onde se ponha fim às desigualdades sociais e termine, de vez, este fosso entre ricos e pobres. De pouco ou nada adiantará pretender fazer crer aos Portugueses que se está a fazer obra se ela não for palpável e não corresponder às aspirações e anseios dos Portugueses. Façamos um mundo melhor. Viva o 25 de Abril! Abril vencerá! Viva Portugal!" -----*

----- Em representação do GM do PS, foi concedida, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a palavra ao Senhor Deputado Cardoso Leal, que encerrou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----

----- "Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Senhores Deputados Municipais. Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Comemorar hoje o 25 de Abril, como? Perante a crise actual, há quem pense que o 25 de Abril falhou, que não cumpriu. Ora, o 25 de Abril cumpriu no seu legado principal que é a democracia, dentro da qual, como qualquer sociedade moderna, teremos de encontrar as soluções possíveis em cada momento. Não se peça ao 25 de Abril a solução que temos de ser nós a encontrar, como sociedade, aqui e agora. O progresso económico fez-se sempre com saltos, crises ou ciclos, por vezes dolorosos. Crises com a gravidade da actual são muito raras. A última ocorreu há cerca de oitenta anos. Essa crise dos anos trinta, favoreceu regimes extremistas, da esquerda e da direita. A democracia era então uma raridade. Hoje sabemos que os regimes extremistas falharam e que foi a democracia que encontrou as soluções e o



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*progresso. Aprendeu-se com a crise dos anos trinta, de tal modo, que há um grande consenso entre os economistas quanto às linhas essenciais da estratégia para vencer a crise actual. Isso não quer dizer que, quanto à situação portuguesa, o governo esteja isento de críticas. Não está. Por isso, os partidos da oposição devem fazer as suas críticas e apresentar as suas alternativas. Mas, também eles, partidos da oposição, devem ser criticados se os seus programas se limitarem a insistir apenas em mais apoios e menos impostos, ou seja, em mais despesa e menos receita, porque isso não é possível, isso não passa de conto do vigário. Aos eleitores compete avaliar e escolher. Aí está uma das virtudes da democracia: haver sempre alternativas à disposição dos eleitores. Nós, do PS, assim como no plano nacional somos governo, aqui somos oposição e aqui afirmamos a nossa alternativa, convictos de que podemos fazer melhor do que o PSD tem feito para o desenvolvimento do nosso concelho. Das crises resultam sempre novidades, mudanças, não sabemos exactamente quais ou em que medida. Decerto terá de haver mais regulação do sistema financeiro a nível internacional, como já está previsto. E reclama-se mais sentido ético. De uma coisa tenho a certeza: não poderemos viver acima das nossas possibilidades, quer individualmente, quer como sociedade. Por isso, passada a actual fase de despesas excepcionais que se justificam com a crise, teremos de voltar à política reformista que o governo tem levado a cabo. Mesmo que haja correcções, qualquer que seja o resultado das eleições. Todos temos de trabalhar melhor, ser mais produtivos, criar mais riqueza com os mesmos recursos. E aqueles que têm mais, devem aceitar fazer sacrifícios em favor daqueles que estão, que são os que mais sofrem com a crise, que são, nomeadamente, os desempregados. Mais sentido ético, reclama-se, com toda a razão. Nos negócios. Na política. Mas não só. Mais sentido ético, reclama-se, em toda a sociedade. No futebol. Nos jornalistas. Nos professores. Nos magistrados. Nos médicos. Nos empresários. Nos trabalhadores em geral. Mais sentido ético, reclama-se, em cada um de nós. Aliás, é no nível ético dos cidadãos que se vê a diferença de desenvolvimento entre as sociedades. Muita coisa vai estar em jogo no nosso País nas três eleições que se vão realizar este ano. Aí se vai ver o nosso nível de responsabilidade cívica, a qualidade da nossa democracia. As mais próximas são as eleições europeias. O PS orgulha-se do papel que teve na adesão de Portugal à União Europeia. Aí está uma coisa só possível com democracia, pois é na Europa democrática que Portugal melhor poderá defender o seu desenvolvimento e defender-se na actual crise. Não tenhamos ilusões. E o PS de Anadia, em particular, orgulha-se de o cabeça de lista socialista nestas eleições ser Vital Moreira, natural do nosso concelho. Comemorar hoje o 25 de Abril é acreditar nos valores democráticos; é ter esperança de vencermos as actuais dificuldades; é participar nos próximos actos eleitorais; é trabalhar para termos uma democracia sempre melhor. Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!" -----*

----- Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Deputado José Veloso que, em representação do GM do PSD, efectuou a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Excelentíssimos Senhora Secretária e Senhor Secretário da Mesa. Excelentíssimos Senhores Deputados Municipais. Excelentíssimos Senhores Presidente de Câmara e Senhores Vereadores. Presidente de Junta de Freguesia. Presidentes da Assembleia de Freguesia, que porventura aqui estejam. Senhores Autarcas. Digníssimas Autoridades. Representantes de várias Escolas e Associações; Colectividades diversas. Senhores convidados. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Uma vez mais, neste dia, dia de liberdade, somos convidados a visitar, de algum modo, a nossa história, as nossas gentes, bem como a dos povos diversos da humanidade, incluso a singularidade do ser humano. O Homem tem a liberdade de pensar. Sem essa faculdade seria uma máquina. Há sempre um risco na busca da liberdade! É sempre um marco histórico, como hoje o comprovamos ao estarmos aqui presentes. É a assunção da dignidade do ser humano. Se estamos em sociedade, há que respeitar a vida em comum e a natureza, e a nossa natureza. Por isso, não há como fugir da necessidade da educação e da instrução. Instruir-se é conquistar mais e cada vez mais um espaço de liberdade. Curiosa a sina, a deste nosso País que é Portugal. Desbravou mares nunca dantes navegados, como escreveu o nosso poeta maior, trilhou caminhos outrora desconhecidos e fez o primeiro grande império da época moderna. Passados séculos de uma história repleta de avanços e recuos – aliás, como toda a História – o destino reservou a Portugal, e não a outra nação europeia, a de escolher e a de colher as últimas flores da utopia revolucionária que habitou nas mentes e nos corações de homens e mulheres que viveram sob o signo das duas grandes revoluções contemporâneas: a Francesa, de 1789, e a Russa, de 1917. Em vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, há exactos trinta e cinco anos, os portugueses celebravam o fim de uma longa ditadura. Inscrevia-se, na nossa história, mais um belo episódio: a Revolução dos Cravos. Os capitães de Abril restituíram a Portugal a sua identidade própria e contribuíram para a sua integração na Europa e no Mundo como País livre. Bem como devolveram o respeito e a dignidade dos povos num processo de Descolonização. Porém, trinta e cinco anos volvidos após o vinte e cinco de Abril, longe ficaram alguns princípios essenciais da nossa lei fundamental, nomeadamente: A Educação, O Emprego, A Habitação, A Saúde, A Justiça. Significa apenas que há muito de utopia ainda nesse período de renovação e de esperança em que Abril tinha como objectivo principal a liberdade e a Igualdade de oportunidades para todos. Convém, por isso, que se faça um grande esforço para que essas oportunidades sejam de novo fomentadas com prontidão, para que possamos, de facto, considerar-nos um País justo, equilibrado e solidário, ainda que o fosso entre as diversas classes seja o mais desnivelado e duro. Hoje uma certa desesperança graça por aí... Ainda assim, é bom, volvidos estes anos sobre o vinte e cinco de Abril, perceber o que sentem e o que pensam os nossos concidadãos? Estas preocupações devem assolar todos os portugueses e, em particular, os que detêm maiores responsabilidades. Ninguém soube, após o vinte e cinco de Abril, implementar o D de desenvolvimento que permitisse inverter a situação sócio-económica que atendesse aos sonhos justos dos jovens, aos anseios dos que estão no activo e prestasse aos mais experimentados o respeito, o tributo reconhecido em*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*justas pensões e levasse a um repouso digno que reflectisse uma sociedade bem melhor do que aquela que hoje vivemos. Para a nossa menor felicidade, destruíramos a sociedade, tendo a família entrado em crise com o forte decréscimo da natalidade, comprometendo seriamente a renovação geracional. Por diversas razões o D de democracia está longe de respirar fulgor, porque a economia não cresce, não está robusta e, muito longe disso, porque não há coesão social, há uma desagregação na sociedade e, por certo, com mais pobreza e com mais desigualdade de oportunidades porque não há melhor qualidade de vida dos portugueses num quadro de menor sustentabilidade de desenvolvimento e porque não elevamos a qualidade da democracia, fazendo da justiça um instrumento ao serviço da plena cidadania. Se compreendemos bem a realidade, numa época de grande competitividade, torna-se imperativo e necessário corrigir o tecido produtivo, de forma a que, faça-se o que se fizer, seja sempre para a melhoria das condições dos cidadãos, qualquer que seja a sua condição ou estatuto social. Na afirmação de que a Democracia é continuar Abril, também não deixa de ser verdade que a Democracia atingirá uma expressão maior se forem promovidos todos os princípios que a regem, desde a mais essencial – a justiça – até satisfazerem todas as necessidades do nosso País. Somos um povo que detém um passado secular, onde grandes feitos foram alcançados. Assim, perante novos problemas, e em união, iremos certamente ultrapassá-los, ainda que tenhamos de edificar novas normas ético-morais de bem proceder em qualquer circunstância e não ao sabor da moda do momento. Temos, por isso, sem grandes querelas, todos sem excepções, a começar no poder ofertado pelo vinte e cinco de Abril – o poder autárquico – que fazer um grande esforço, perante tamanho cabo das tormentas, para começar a encontrar os caminhos que acabem com a injustiça social, com a falta de emprego, com os graves problemas na saúde e na educação, e muitos outros, para podermos, de forma festiva, comemorar Abril e torná-lo uma boa esperança. Temos de tomar a iniciativa, procurando solução contra o encerramento de empresas que quase todos os dias colocam centenas de portugueses, Homens e Mulheres, no desemprego e no desespero. Temos de tomar iniciativa, procurando novas dinâmicas por forma a evitar que se deixe de ver pessoas que pela madrugada se deslocam para os seus Centros de Saúde para tentarem conseguir uma vaga para uma consulta, ou ainda, mais uma grávida que dá à luz a caminho de uma agora cada vez mais longínqua maternidade. Temos de tomar a iniciativa, promovendo o civismo, a educação e a disciplina. Não podemos consentir que um professor seja agredido na sala de aulas, ou fora dela, por um aluno ou pelo seu encarregado de educação. Temos de tomar as medidas conducentes à segurança de pessoas e bens, a fim de evitar a violência que grassa um pouco por todo o lado. Temos de tomar a iniciativa quanto aos problemas dos nossos concidadãos com deficiência e promover rapidamente a sua inserção na sociedade. Em períodos de crise, aumenta esse fosso. E, quiçá, temos de fazer tudo para evitar que no silêncio das suas casas, por vergonha, passem hoje, já, fome e que não tenham condições de sobreviver. Minhas Senhoras e meus Senhores. O vinte e cinco de Abril é já um conto fabuloso, que faz parte da mente colectiva! Pretendemos dar a este acto uma importância que deve, para além das cerimónias oficiais, ter um valor que*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

*o povo deve eleger como seu e ser revelador de uma grande consciência cívica, resultantes da coragem de um povo corporizado por um punhado de homens – os capitães de Abril – que apenas quiseram servir a pátria e que tinham na sua consciência a lei maior: a liberdade. Viva Portugal! Viva a Liberdade!” -----*

----- De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para fazer a sua intervenção, a qual se passa a tentar transcrever na íntegra: -----

----- *“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Anadia. Excelentíssimos Senhora Vereadora e Senhores Vereadores. Excelentíssimos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia. Excelentíssimas Senhoras Deputadas e Deputados. Excelentíssimas Autoridades Cívicas e Militares. Excelentíssimos Órgãos da Comunicação Social. Ilustres Convidados. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Apesar de se tratar de uma recordação ainda bem viva na memória de muitos de nós, o facto é que comemoramos hoje o 35º aniversário do 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. E a verdade é que são cada vez mais os Portugueses que não viveram este acontecimento marcante da nossa história recente e que dele apenas têm um conhecimento teórico, para o qual a Câmara também se orgulha de vir dando o seu contributo. Por outro lado, aqueles que o testemunharam ou que nele participaram, assistem com algum desalento a uma certa deturpação das conquistas e das oportunidades então alcançadas. Têm sido recorrentes os sintomas de mal-estar associados aos sectores da Educação, Saúde e Justiça, e o inerente debate que a sociedade vem fazendo em torno destas matérias. Mas, neste momento, aquilo com que nos deparamos é com um contexto de crise mais generalizada, mais profunda e que acentua, de forma verdadeiramente assustadora, as desigualdades e as fragilidades sociais. E, se nos três sectores a que fizemos alusão, tem partido do Estado a iniciativa de implementar ou mesmo de impor reformas – muito discutíveis, é certo - já em matéria de crise social, de contornos financeiros muito vincados, não se tem sentido essa acção da Administração Central. Prova do que afirmo, é o número muito significativo e crescente de pedidos de apoio que nos chega diariamente e ao qual a Câmara Municipal tem tentado dar a resposta que os Municípios procuram, mas não encontram, nos serviços de protecção social do Estado. Paralelamente a estas respostas, temos também procurado antecipar os problemas, na tentativa de evitar a degradação das condições de vida dos cidadãos carenciados ou dos que agora atravessam uma fase mais complicada das suas vidas. Assim, a Autarquia tem implementado medidas muito concretas, como é o caso da concessão de isenções de pagamento de água e de ramal de saneamento, o apoio à beneficiação de habitações degradadas, com base no Regulamento de Apoio aos Estratos Sociais Desfavorecidos, a criação de um Fundo Social de auxílio imediato a situações sociais prementes, o encaminhamento e acompanhamento de casos sociais para o Rendimento Social de Inserção, a ampliação da Acção Social Escolar, o apoio ao Voluntariado, a coordenação da acção das diferentes entidades concelhias através da Rede Social, e a resposta, através dos serviços técnicos, aos mais variados pedidos de ajuda sócio-económica que nos vão chegando. Outras soluções estão, neste*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*momento, em fase de regulamentação e de implementação. Todas estas medidas colocam em primeiro plano os Indivíduos e as Famílias, procurando, com objectividade e rigor, avaliar situações e fazer corresponder, a cada uma delas, as respostas mais justas e adequadas, dentro da nossa esfera de competências e de acordo com as nossas limitadas possibilidades. É este o contexto difícil que vivemos trinta e cinco anos após uma revolução feita para proporcionar liberdades e garantias aos Portugueses. É óbvio que a crise não existe apenas no nosso país, mas as fragilidades estruturais tornam-se imediatamente perceptíveis e actuantes numa sociedade como a nossa, que ainda não conseguiu assegurar a robustez necessária para resistir tenazmente a momentos difíceis. E essas fragilidades, agora muito evidentes em matéria económica e financeira, sentem-se, de há muito, ao nível dos valores e dos comportamentos. Se a crise e o desespero explicam, de certa forma, um aumento da criminalidade e da violência, não podem, por outro lado, servir para legitimar atitudes indignas, egoístas, cobardes e desonestas, que põe em causa a vida e a dignidade do comum cidadão ou até os alicerces da nossa sociedade. A comunicação social confronta-nos, quase diariamente, com situações lamentáveis de ambição pessoal que se traduzem no prejuízo de terceiros, e que não encontram, por parte das entidades judiciais, a correspondente punição ou, pelo menos, uma resposta que satisfaça a ânsia de justiça sentida pelas pessoas de bem. Embora o país esteja a descobrir a existência deste problema em esferas habitualmente ocultas ou menos perceptíveis pelo cidadão, ele acaba também por se manifestar noutros sectores da vida económica, política e social do país, afectando cidadãos e instituições, numa lógica de "não olhar a meios para alcançar os fins". Quem pensou e fez o 25 de Abril certamente não anteviu o País e a sociedade que hoje temos, onde vamos perdendo aquela noção fundamental que ensina que "a nossa liberdade termina onde começa a liberdade dos outros". É também uma sociedade onde a liberdade de expressão começa a corresponder a um certo direito de insultar e de denegrir sem se ser, por tal facto, responsabilizado e penalizado. E, no entanto, deveríamos ter sabido construir uma sociedade tolerante, justa, democrática e respeitadora das liberdades e garantias de cada cidadão, onde impere a confiança e o bom senso. Mas, quando o mau exemplo vem de cima, do próprio Estado, que se diz "uma pessoa de bem", mas que, diariamente, nos dá provas do contrário ou, pelo menos, de que estará longe de tal intuito, é difícil que os Portugueses se sintam inspirados a venerar e a respeitar tais valores e princípios. As autarquias locais sentem este mau exemplo, em especial quando não vêem honrados os compromissos assumidos pelo Estado. Este incumprimento tem sido particularmente notório ao nível do Quadro de Referência Estratégico Nacional (o vulgar QREN), em vigor desde 2007, mas cuja concretização tem sido bastante reduzida, pondo, assim, em causa os projectos de muitas autarquias e, em última análise, o tão apregoado "grande desígnio estratégico" para Portugal. Há regulamentos por definir e outros em constante mutação, que obrigam a adiar as candidaturas e a ajustar os projectos até então definidos. A este propósito, daria o exemplo da construção dos Centros Escolares, em que o Estado nada financia, permitindo apenas que o QREN apoie os mesmos com taxas de participação inferiores a 50%, já para não falar do*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*incumprimento de prazos no que respeita à emissão de pareceres e à concessão de audiências e reuniões técnicas. No entanto, e apesar de a palavra de ordem ser "simplificar", simplificar, disse, um dos pontos mais negativos do sistema é a burocracia e o aumento desmesurado e a complexidade legislativa. Não é esta a Administração Central que queremos e devemos ter. E não foi este o Estado que o 25 de Abril quis dar aos Portugueses. Mas o fortalecimento da sociedade sonhada pela Revolução, mediante a defesa dos valores universais que a devem reger, é tarefa quotidiana que a todos nós está entregue, e que devemos cumprir guiados por imperativos de consciência e por um elevado sentido de cidadania. Será uma das melhores formas de honrar Abril. Viva o Povo de Anadia. Viva o 25 de Abril. Viva Portugal." -----*

*----- Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tomou a palavra para concluir a sessão comemorativa dos trinta e cinco anos do 25 de Abril, com a intervenção que se tenta transcrever na íntegra: -----*

*"Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Anadia. Excelentíssima Senhora Vereadora. Excelentíssimos Senhores Vereadores. Excelentíssimas Senhoras e Senhores Deputados Municipais. Excelentíssimos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, e também Presidentes das Assembleias de Freguesia, membros das Juntas e das Assembleias de Freguesia. Excelentíssimo Senhor Comissário das Comemorações. Excelentíssimas Autoridades Militares e Civis. Excelentíssimas Senhoras e Senhores da Comunicação Social. Minhas Senhoras e Meus Senhores. Celebramos hoje o Dia da Liberdade - o 25 de Abril de mil novecentos e setenta e quatro. Este é, na verdade, o mais importante marco da nossa história portuguesa contemporânea. Um momento de viragem em que o povo português emergiu de um dos mais negros períodos da sua história, derrubando um regime ditatorial e restituindo a liberdade, a democracia e a esperança dos Portugueses. Mas o 25 de Abril de setenta e quatro não foi apenas um dia! Foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante dos Portugueses que, mesmo nas condições mais adversas, sob o domínio da censura, da tortura e da repressão, trilharam o caminho iluminado da revolução. Foi igualmente o resultado da vontade dos homens que, nas Forças Armadas, reflectiam os sentimentos mais legítimos do povo e que tomaram, nas suas próprias mãos, a missão de lhes dar expressão. Não será exagero afirmar que o 25 de Abril significa a refundação da democracia em Portugal. Mas a democracia é um processo inacabado, que requer constante aprofundamento. A Revolução de Abril, gesto heróico de jovens capitães, valeu a pena. Pelas conquistas que fizemos! Pelo progresso que alcançámos! Porque melhorou a vida dos portugueses, acabou com uma guerra fratricida e conferiu aos cidadãos de Portugal os direitos, liberdades e garantias que a ditadura sempre havia negado. O 25 de Abril valeu a pena, mas muitos dos ideais e princípios da Revolução ainda estão por cumprir. Não podemos ignorar que ainda subsistem graves problemas no nosso país. A justiça não funciona, o sistema de saúde degrada-se, o desemprego e a exclusão social crescem, a pobreza é cada vez mais um fenómeno perante os nossos olhos e existem situações de vida dolorosas para um número crescente dos Portugueses. Passados que estão trinta e cinco anos de Revolução sem sangue, é a altura de nos questionarmos se, na*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*realidade, temos estado à altura da ambição dos nossos jovens. Será que temos sabido alimentar a esperança nascida há trinta e cinco anos? Não devemos nem podemos ignorar que existem sinais de alguma preocupação. De facto, há todo um conjunto de perplexidades e dúvidas que não podem deixar de merecer uma reflexão conjunta neste Dia da Liberdade. Muitos dos nossos jovens têm revelado potencialidades que nos fazem ter esperança e confiar no futuro. Mas que valores lhes estamos a transmitir? O que temos feito para que as novas gerações continuem a acreditar no seu país? Que condições criamos para que os jovens, sobretudo os mais qualificados, permaneçam em Portugal e não rumem a outras paragens? E, já agora, o que lhes diz a Revolução do 25 de Abril? Não é justo para aqueles que se bateram pela liberdade, tantas vezes arriscando a própria vida, que a geração responsável por manter viva a memória de Abril persista em esquecer, ou não compreender, que a Revolução foi um projecto de futuro. E, por ter sido assim, deve continuar a ser um acontecimento inspirador e um ideal para as gerações vindouras. Consciente da responsabilidade que enquanto órgão representativo dos cidadãos do Município de Anadia, a Assembleia Municipal, no âmbito das comemorações dos trinta e cinco anos da Revolução dos Cravos, realizou colóquios junto dos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico dos estabelecimentos do nosso concelho, uma iniciativa que abrangeu mais de trezentos jovens. Fomos ouvi-los! Fomos "privilegiados" com as suas dúvidas, questões, necessidades, incertezas, reflexões... Quem era Salgueiro Maia? Os ideais de Abril estão cumpridos? O que era a PIDE/DGS? O que era a censura? Quais eram as várias formas de tortura? Porque mataram Humberto Delgado, o "General sem medo"? Por que razão os jovens tinham de ir para a guerra colonial? Por que não havia liberdade de imprensa e de expressão? Como vivia o povo na ditadura? Por que é que a Revolução não foi feita mais cedo? O que foi a descolonização? Estas foram algumas das muitas questões com que os Deputados Municipais foram confrontados. Tentámos transmitir que comemorar Abril é dizer presente, é renovar a sua afirmação, é reafirmar valores, princípios, ideais e conquistas que nos foram oferecidos como a mais preciosa dádiva que alguém pode receber. Que foi um momento de promessa, de esperança, de renascimento de um país. Os jovens têm que se rever no seu país, no país que têm e no país que ambicionam ter. Para tanto, é fundamental que as novas gerações saibam como chegámos até aqui e o muito que foi feito ao longo de todos estes anos. E lembrar que este é, também, o ponto de partida para novos destinos. O 25 de Abril é o exemplo do combate à resignação, ao conformismo, às impossibilidades e às inevitabilidades. Acima de tudo, temos de deixar aos jovens a ideia de democracia como um código moral e um sentido de identidade colectiva. Se assim fizermos, todos, e cada um de nós, construiremos o futuro à altura da nossa ambição e cumprimos Abril. Termino com uma citação de uma grande activista dos direitos humanos e diplomata norte-americana – Eleanor Roosevelt - que fui transmitindo, eu próprio, aos jovens ao longo dos cinco colóquios que fizemos nas escolas: "O futuro pertence àqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos." Viva o 25 de Abril! Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal!" -----*



**MUNICÍPIO DE ANADIA**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi ouvido o Hino Nacional. -----

----- Antes de dar por terminada a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal lembrou os presentes das iniciativas agendadas para o dia em curso e que faziam parte da programação das comemorações, apelando, assim, à participação de todos nas mesmas. -----

----- Nada mais havendo a tratar deu de imediato por encerrada a sessão extraordinária, solene e comemorativa, quando eram doze horas e cinquenta minutos, não sem antes agradecer a presença de todos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa. -----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

\_\_\_\_\_